

Camadas Populares: a leitura e o material impresso no Renascimento

Lucas Pires Ribeiro

Universidade Estadual de Goiás

Porangatu - Goiás - Brasil

lucas_nister@hotmail.com

Resumo: Este artigo possui como propósito observar a relação estabelecida entre as camadas populares e a prática da leitura dentro do período renascentista. Gradativamente, a partir do século XVI, os livros foram adentrando no universo de vivência e convivência dos sujeitos, fazendo parte de um círculo de relações que se deslocava de um domínio individual, se aproximando de um viés coletivo. Mesmo nos espaços longínquos dos grandes centros urbanos, quando as condições não eram tão favoráveis à circulação do impresso, havia a existência de livros compartilhados pelos camponeses, leitura muitas vezes realizada em voz alta, a partir do envolvimento de uma conjuntura majoritária de sujeitos. Porém, nesse contexto, ocorre uma importante transformação sociocultural, representada pelo ato subjetivo de se ler em silêncio, o que possibilitou melhores condições para o ludibriar dos poderes. Assim, o artigo procura compreender e defender que essa relação entre impresso e oralidade possibilitou a desestabilização estrutural das camadas dirigentes dentro do Renascimento, a saber, representada pelo poder da Igreja Católica. Para esse intento, a pesquisa se vale dos trabalhos de Roger Chartier (2011), Ginzburg (2006), Hilário Franco Junior (1996), Edward Thompson (2008), Peter Burke (2010) e outros(as).

Palavras-chave: Renascimento. Livros. Camponeses.

Introdução

As pesquisas sobre a história da leitura dentro da historiografia ocidental têm se intensificado ao longo desses últimos anos, com ênfase para os trabalhos de Roger Chartier (2004), Chartier & Guglielmo Cavallo (2002), Carlo Ginzburg (2006), Robert Darton (2015), Peter Burke (2010), Jean Hebrard (2011) e de outros(as) pesquisadores(as) que se debruçam sobre essa respectiva temática, voltando-se, principalmente, para o aspecto da circulação da leitura dentro do espaço europeu. O que essas pesquisas têm em “comum”, além de apresentarem várias nuances dessa construção do hábito de ler no universo das camadas sociais, é o fato de evidenciarem os modos e as maneiras pelas quais as camadas populares conseguiram se apropriar da prática cultural que envolve a leitura.

O conceito de apropriação, utilizado para se observar as camadas populares, nos leva a pensar em conquista de espaço, em rupturas e, conseqüentemente, em transgressão social, no sentido desse conjunto de sujeitos terem conseguido se inserir em espaços que, historicamente, sempre estiveram restritos a uma conjuntura muito específica de

indivíduos, como por exemplo, o acesso aos livros e também o saber para as leituras, considerados e compreendidos como prática das camadas dominantes ao longo do processo histórico.

Assim, defendemos a hipótese, neste artigo, de que o contexto do Renascimento, concomitantemente com as transformações no âmbito sociocultural, possibilitou a demarcação de uma nova ocupação de espaço por parte das camadas populares, na qual essa conjuntura conseguiu transitar de maneira mais intensa por diferentes espaços sociais. Entre essas novas localidades ocupadas, encontra-se o local da “erudição”, caracterizado, nesta pesquisa, como o meio do escrito, do impresso, das letras, dos livros e, por último, da leitura.

Pesquisar sobre uma das facetas organizacionais do período renascentista e como consequência observar uma possível nova rede de leitores, composta principalmente pelas camadas populares, se configura como um convite para perceber não somente o hábito, ou mesmo os modos de leitura, mas as relações estabelecidas entre as pessoas que detinham a prática da leitura, em comparação àquelas que, evidentemente, não possuíam ou, no máximo, se deparavam com o livro de maneira relativa, não conseguindo, necessariamente, assumir o protagonismo no tocante ao ato de ler, dependendo, em muitas circunstâncias, de outros sujeitos.

Assim, não perdendo de vista o contexto do Renascimento, existia uma rede de leitores habituados ao manuseio do impresso, do escrito, em decorrência de uma conjuntura majoritária de sujeitos segregados desse universo cultural, representada pelas camadas populares. No entanto, essa camada, em virtude de uma série de fatores que procuraremos tatear, começa a estabelecer um contato mais direto com a prática da leitura, assumindo um certo e importante protagonismo nesse sentido. Esse novo contato por parte dos populares com os livros demarca uma ocupação de espaço, possibilitando uma melhor compreensão sobre os moldes estruturais da Europa, como apresenta Roger Chartier (2004, p. 127):

Na história da edição e da leitura na França, os anos 1530-1600 marcam uma etapa decisiva. Com efeito, nesse século amplamente recortado, em que o analfabetismo permanece grande, mesmo nas cidades muito à frente dos campos que as circundam e onde a propriedade individual do livro permanece como privilégio apenas das elites, é que se constitui um mercado “popular do impresso”.

Voltaremos com mais intensidade a alguns aspectos apresentados pelo autor, como por exemplo, a maior probabilidade de acesso à leitura dentro das cidades, se comparado com os espaços rurais, fator esse perceptível não somente na França, mas em boa parte da Europa. No entanto, nesse primeiro momento interessa perceber a segmentação social, tendo como parâmetro representativo a prática da leitura. A

perspectiva da existência de leitores profissionais e de leitores em potencial, no início do século XVI, caracteriza uma certa organização regulamentada, ou um “contrato social” entre os sujeitos.

A Leitura como um privilégio social

Na medida em que as camadas populares começam a se envolver mais diretamente com a leitura, rompendo com a relação estreita entre escrito/clero/nobreza, essa estrutura social, consolidada ao longo do processo histórico, depara-se com importantes fissuras. Entretanto, para um melhor entendimento sobre os impactos ocasionados por essa desestabilização sociocultural, motivada pelos novos leitores, faz-se importante compreender quais são os sujeitos que, guardadas as proporções, estão inseridos dentro dessa categoria popular na Europa renascentista.

Pensar o conceito representativo que envolve as camadas populares ainda demonstra ser um problema complexo para os(as) pesquisadores(as) de humanas. Provavelmente, nesse âmbito, Roger Chartier (2004, p. 92), mesmo fazendo algumas ressalvas, possibilita uma importante noção desse conjunto de sujeitos que compunham o seguimento popular dentro do respectivo contexto: “Acham-se assim identificados como ‘populares’ os camponeses, os operários e mestres de ofícios, os mercadores (e também aqueles que estão afastados da mercadoria, frequentemente designados como ‘burgueses’)”. Em síntese, nessa configuração sobre o conjunto dos populares, não se encontram representados o clero e a nobreza nem as pessoas que não possuíam necessariamente uma profissão no tocante ao trabalho, como os pedintes, andarilhos, prostitutas e outros, quando constituíam as camadas mais pobres da sociedade.

Talvez, quando existe o pressuposto de representar socialmente, sempre se corre o risco de se cair no binarismo da interpretação. A perspectiva binária, embora seja importante ressaltar que as análises de Chartier (2004) estão distantes de caminharem nesse sentido, aparecem por meio de críticas enfáticas na análise elaborada por Hilário Franco Júnior (1996, p. 4), o qual tece as seguintes considerações: “Por isso, muitas vezes continua-se a pensar numa oposição erudito/popular, correspondente a racionalidade/afetividade e teorização/vivenciação, como se cada característica fosse exclusividade de um grupo social ou de um povo”. Desse modo, na perspectiva do autor, a representação sem levar em consonância a transitoriedade entre as camadas sociais, equivale a uma análise reducionista

sobre o espaço ocupado pelos sujeitos, delimitando, assim, o valor cultural como se fosse pertencente apenas a um segmento, excluindo tantos outros.

Levando em consideração a crítica feita por Franco Júnior (1996), o conceito de camadas populares, neste artigo, não aparece no sentido da delimitação restrita, nem de modo que, por ventura, venha a enclausurar determinado valor dentro de um espaço sociocultural específico, apresentando-o como intransponível para com outras realidades. Pelo contrário, o conceito popular surge como um marco que possibilita um direcionamento ou, mais precisamente, procura evidenciar as especificidades nas quais as conjunturas sociais estavam estruturadas.

Em todo núcleo organizacional, os sujeitos estabeleceram e estabelecem relações por meio de diferentes estruturas, seja no âmbito dos costumes, da política, religião, mitologia, valores culturais, do viés e do caráter econômico, entre outros, configurando, assim, uma importante característica da presença da heterogeneidade sociocultural presente no cotidiano. De acordo com Edward Thompson (1998, p. 17): “Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”. Em consonância a essa linha de raciocínio, a prática da leitura antes e durante o Renascimento, no âmbito das camadas populares, não pode ser compreendida como um costume cultural, mas como uma importante excepcionalidade.

No transcorrer do limiar histórico, ler para as camadas populares demonstrava ser muito mais difícil em comparação aos membros das elites dirigentes. Por essas menções, compreende-se que a relação entre populares e livros não se constituiu de forma harmoniosa, ou de maneira natural, pelo contrário, para que as pessoas pertencentes a esse seguimento passassem, pelo menos em uma proporção significativa, a assumirem um protagonismo no acesso aos livros, ocorreu um processo de autoafirmação desses sujeitos, no sentido de os compreenderem como capazes de construírem os seus e novos saberes, sem necessariamente terem que recorrer a outros, como acontecia com a leitura realizada em voz alta.

Se o(a) pesquisador(a) relutar para reconhecer a autoafirmação do indivíduo como protagonista, não compreendendo o ato da leitura como uma ocupação de espaço, haverá uma tendência de sempre compreender essa relação entre livro e camponês como um processo de interferência e imposição do impresso para com as práticas culturais do indivíduo, quando, teoricamente, haveria uma suplantação vinda de cima para baixo. Evidentemente, o conceito de imposição, principalmente se for observado o papel e ampliação dos editores nesse respectivo contexto, possui sua relevância; porém, essa linha

de interpretação está muito distante de ser a única explicação desse fenômeno representado pela ampliação e popularização da leitura.

Há no Renascimento, provavelmente em maior extensão do que em espaços anteriores, a busca por novos campos do conhecimento, quando essa procura pela ampliação dos saberes não envolveu somente os ditos intelectuais do período. Pelo contrário, a efervescência cognitiva parece ter atingido uma conjuntura significativa de sujeitos, com ênfase principalmente para as camadas populares, representadas, nessa vertente, pelos camponeses. Para enfatizar esse envolvimento, Peter Burke (2011, p. 182) assegura o seguinte:

O diário de Montaigne de sua visita à Itália nos oferece mais provas da penetração de Ariosto na cultura popular. Nas termas de uma cidade perto de Lucca, por exemplo, ele conheceu uma camponesa pobre chamada Divizia, que não sabia ler nem escrever, mas muitas vezes ouvira Ariosto lido em voz alta na casa do pai, graças a que ela mesma se tornara poetisa. Perto de Florença, e em outros lugares na Itália, Montaigne nos diz que se surpreendeu ao encontrar camponeses e pastores de ovelhas que sabiam Ariosto de cor.

Essa relação entre o “erudito e o popular” no respectivo contexto, por mais que, conforme já evidenciado, seja complexo pensar por esse viés da polarização cultural, demonstra um hibridismo mais intenso entre as camadas sociais, entre os valores e principalmente entre as práticas culturais desses diferentes grupos. No que se refere à citação, se torna possível perceber o interesse das camadas populares pelos livros, mesmo entre aqueles que não conseguiam obter, necessariamente, o domínio da leitura. Porém, essa constatação da dificuldade para ler não impediu que o livro penetrasse de alguma forma no cotidiano das pessoas, como constata a citação.

No entanto, sempre se faz necessário ressaltar que não era somente o livro que, já nos primórdios do Renascimento, conseguiu intensificar a sua circulação no saber local das comunidades populares. Outras artes culturais também se fizeram presentes, ao modo de algumas expressões artísticas. Por exemplo, obras de arte consideradas clássicas, e por isso mesmo restritas a um conjunto específico de sujeitos, passaram a ser reproduzidas pelos artistas populares, fazendo com que pessoas, que não tivessem condições econômicas de adquirirem os trabalhos originais, possuísem, em suas casas, réplicas desses trabalhos:

A obra de arte já ingressara na era da reprodução mecânica. Como a pintura, a gravura era um grande popularizador, pelo menos no sentido de que muito mais pessoas vissem as imagens, e talvez também mais tipos de pessoas. A cerâmica oferecia outro meio de difundir imagens de maneira mais generalizada, pois a matéria-prima era barata. Os pratos e jarros de maiólica produzidos em Faenza, Urbino, Deruta e outros lugares eram muitas vezes decorados com cenas de mitologia clássica e história. Algumas se baseavam nas gravuras de Raimondi a partir de Rafael. Algumas dessas cerâmicas eram feitas para patronos ricos, mas outras eram apenas potes de remédios para as lojas de boticários. As imagens de

terracota pintadas e produzidas pela oficina da família Della Robbia, em Florença, podiam ser consideradas esculturas para os pobres (BURKE, 2011, p. 184).

As análises tecidas pelo autor evidenciam o caráter da popularização, não original, mas não menos importante da arte, conseguindo uma inserção em diferentes espaços socioculturais. Destarte, compreender o entremear do livro como consequência da leitura no universo popular somente será possível à medida em que haja um entendimento que o impresso faz parte de uma conjuntura não somente histórica, porém, de maior envergadura, se entremeando, concomitantemente, em outras expressões artísticas no cotidiano das pessoas, no qual, indubitavelmente, o livro demonstra ser um dos mais significativos elementos, mas, como evidenciado, distante de ser o único.

A historiadora Jean Hebrard (2011, p. 50), em suas análises voltadas para o autodidatismo dentro do contexto do Antigo Regime, defende o seguinte aspecto: “Seria errôneo imaginar que as fronteiras entre cultura oral e cultura escrita são, durante todo esse período, estanques ou de sentido único. Uma e outra interpenetram-se e ativam-se mutuamente”. A interpenetração entre valores culturais é uma evidência histórica, de acordo com as assertivas defendidas por Chartier (2004, p. 11):

Pelas sociabilidades diversas da leitura em voz alta, existe nas sociedades antigas uma cultura do escrito mesmo entre aqueles que não sabem nem produzir nem ler um texto. Compreendê-la significa não considerar que o acesso ao texto escrito é sempre e em toda parte uma leitura individual, silenciosa, solitária, que supõe necessariamente a alfabetização.

A análise feita pelo autor evidencia uma relação entre livro e camadas populares que dista de uma perspectiva que, porventura, venha a compreender, somente por meio de uma relação entre livro e leitor tradicional, aquele que historicamente detém o monopólio da leitura. A inserção do livro nesse meio não alfabetizado traz consigo uma longínqua história; porém, essa relação histórica se manifestou de forma tímida, atingindo uma parcela muito reduzida de sujeitos, porque em um sentido mais amplo, mesmo com a penetração do impresso, a conjuntura majoritária dependia de outros para ter acesso ao escrito. Evidência essa que sofreu modificações circunstanciais durante o fim da Idade Média.

Desse modo, o que era tido e compreendido como inusitado, não habitual, como um camponês ter posse e acesso não somente a um exemplar, mas a uma quantidade significativa de livros, começa a adquirir uma proporção maior, distante de ser uma prática cultural dentro do Renascimento, ou mesmo um “costume em comum”, nos valendo do termo defendido por Thompson (1998). Entretanto, já ensaiava os primeiros passos mais incisivos para se concretizar em definitivo, no universo de vivência e convivência dos indivíduos, independentemente da sua condição social.

A chegada e a ampliação de novos leitores demarcam uma remodelação da sociedade europeia, quando o novo leitor passa a ocupar, de forma cada vez mais intensa, espaços até então muito restritos a determinados segmentos “dirigentes” da sociedade, com ênfase aos núcleos vinculados ao espaço religioso. Nesse sentido, a inserção de novos sujeitos lendo somente foi possível em decorrência de uma reestruturação social no contexto em questão, principalmente por meio de uma autoafirmação das camadas populares.

O entremear da leitura no meio popular: diferenças entre camponeses e citadinos

A prática cultural da leitura, tanto para o clero quanto para a nobreza, dentro do período renascentista, demonstrava ser um reflexo do privilégio conquistado historicamente, caracterizado por meio da hierarquia social, o que evidenciava o espaço ocupado pelo indivíduo. Diferentemente dessa relação em torno dos privilégios, as camadas populares, quanto ao fato de alguns poucos indivíduos conseguirem ler, não poderia ser compreendido a não ser pelo viés de uma conquista de espaço, caracterizada por e depois de muito esmero, como veremos a seguir.

Dentro da historiografia ocidental, a pesquisa realizada por Carlo Ginzburg, intitulada *O Queijo e os Vermes* (2006), demarca um ponto de análise importante para os estudiosos da prática da leitura no contexto do renascimento. Em sua abordagem, o historiador italiano possibilita a percepção de que o hábito da leitura na Itália, do final do século XVI, não se concentrava apenas nas camadas dirigentes da sociedade, mas havia uma circulação de leitura nas denominadas camadas populares; porém, se não em sua totalidade, em uma parte pequena e não menos importante dessa conjuntura.

A perspectiva, esboçada acima, caracteriza uma relação entre cultura “erudita” e cultura oral, ou uma cultura intermediária de acordo com a premissa defendida por Hilário Franco Júnior (1996). Assim, acreditamos que esse viés de valor cultural intermediário se encontra representado no e pelo moleiro de Friuli, Domenico Scandella, conhecido popularmente por Menocchio, personagem central da pesquisa realizada por Ginzburg (2006). Menocchio conseguia transitar de forma satisfatória pelos dois universos, embora não perdesse a sua característica de pertencimento à camada popular, conforme nos apresenta o próprio Ginzburg (2006, p. 19):

A impressionante convergência entre as posições de um desconhecido moleiro friulano e as de grupos de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu

tempo repropõe com toda a força o problema da circularidade da cultura formulado por Bakhtin.

Por mais que o exemplo de Menocchio seja extremamente emblemático, pelo fato de ter conseguido ampliar a sua rede de circulação, não se restringindo exclusivamente ao universo da oralidade, em seu cotidiano, não podemos nos valer do exemplo do moleiro como uma máxima representativa de toda uma conjuntura de sujeitos pertencentes às camadas populares do respectivo contexto. A recusa em não homogeneizar está no fato de o moleiro se distanciar em alguns aspectos dos sujeitos com quem estabelecia, diretamente, relações.

O distanciamento entre Menocchio e uma parte majoritária dos seus pares não está, necessariamente, no desejo e tampouco no contato com os livros, mas está relacionado, principalmente, às condições para ler. O moleiro se sentia solitário para realizar as suas conversas, não porque os outros indivíduos eram ignorantes, mas porque eles não conseguiam ler os livros que ele evidentemente lia: “Menocchio é um herói, ou mártir da palavra. No final do século XVI esse moleiro dos domínios de Veneza, no norte da Itália, lê; lê muito, para um homem relativamente simples; mas, sobretudo pensa” (RIBEIRO, 2006, p. 193). Nesse sentido, a representação do moleiro diminui consideravelmente, não representando os camponeses do Friuli, mas uma parcela desses que, eventualmente, conseguiam efetuar a leitura.

Embora haja um deslocamento espacial de análise, do âmbito italiano para o francês, embora o contexto permaneça o mesmo, Roger Chartier (2004) defende que no universo camponês da França do século XVI, o hábito da leitura demonstrava ser uma excepcionalidade mesmo entre as pessoas mais abastadas. A prática da leitura, na ótica do historiador, não se fazia muito presente em virtude da consolidação de costumes culturais históricos no ambiente camponês, como por exemplo toda a teia sociocultural proposta e enraizada por meio da oralidade. Assim, os preceitos orais, com sua carga de costumes, suplantava a presença do escrito:

As menções de leituras feitas durante as vigílias camponesas são, portanto, bastante raras, se não inexistentes, para o século que separa o reinado de Henrique II do de Luís XIV, o que faz duvidar muito que elas sejam um suporte para a possível penetração do impresso nos campos (CHARTIER, 2004, p. 105).

Como evidenciado na citação, a presença da leitura no cotidiano camponês demonstrava ser ainda incipiente, manifestando-se de maneira tímida. No entanto, no tocante às grandes cidades europeias, a circulação do impresso se fazia muito mais presente no cotidiano das pessoas, se comparado ao meio campesino, inclusive entre os populares. Pode-se ter uma maior noção dessa aparente dicotomia por meio da análise realizada por

Peter Burke (2011, p. 179): “Ler e escrever eram aptidões que só uma minoria da população possuía, embora essa minoria fosse grande no caso dos homens urbanos”. Provavelmente, procurar mensurar os meios que explicam essa evidência de uma maior presença do escrito no espaço urbano demonstra ser algo importante para a continuidade da reflexão.

Em tese, alguns fatores explicam essa maior circulação do impresso no ambiente urbano, como por exemplo, melhores e maiores condições para se ter acesso aos livros: “Manuseado em comum, ensinado por uns e decifrado por outros, profundamente integrado na vida comunitária, o impresso marca a cultura citadina da maioria” (CHARTIER, 2004, p. 107). Outro mecanismo importante, nesse processo de dinamização da leitura no espaço urbano, estava diretamente ligado aos prédios escolares, encontrados de forma muito mais constante nesse espaço, principalmente se comparado ao meio campesino.

A partir de uma maior incidência de escolas, teoricamente se ampliava, no horizonte dos sujeitos pertencentes às camadas populares, a possibilidade, embora ainda remota, de terem acesso aos espaços de circulação de saberes tidos e compreendidos como pertencentes a uma esfera “oficial”. As escolas, no processo de instrução, faziam com que houvesse uma construção “pedagógica” para ensinar as pessoas a lerem, embora os mais abastados da época sempre se beneficiassem desse processo. Porém, mesmo tendo o seu ambiente reduzido, alguns populares conseguiam receber esse ensino voltado para o treinamento da leitura por meio dos espaços escolares.

Em suas análises, a historiadora Jean Hébrad (2011) possibilita uma construção referente a essa forma pedagógica de ensino para a leitura, se valendo principalmente dos meios escolares para tecer suas considerações. Diante de uma análise voltada para os métodos utilizados, a pesquisadora não consegue constatar grandes diferenciações ao longo do processo histórico, afirmando que os meios utilizados para o ensino relacionado à leitura demonstram ser parecidos no limiar do tempo:

Para a escola, a possibilidade de aprender a ler é uma evidência. O ensino de leitura mostra-se ainda menos problemático, porque parece ao longo de toda a história da instituição escolar, ter-se assentado sobre a mesma tecnologia, permanecendo bastante simples: no fim das contas, sob os diferentes vernizes das modas pedagógicas, trata-se apenas de colocar na memória, à força de repetição, uma combinação elementar da qual nos serviremos para transformar os signos escritos em sons e vice-versa. Em princípio, só devem fracassar nisto os incapazes ou os preguiçosos (HÉBRAD, 2011, p. 35).

As escolas, por mais que possibilitassem um direcionamento praticamente homogêneo para com as formas de leitura, representado pela memorização, não deixavam de possibilitar uma contribuição em certo ponto significativa para alguns indivíduos que desejavam ter o domínio dessa prática. Entretanto, no espaço ocupado pelos camponeses,

também pela ausência dos espaços escolares, a aprendizagem da leitura se constituía por uma dinâmica própria, não sendo raras as pessoas que aprendiam a ler por meio de um certo autodidatismo, ou que conseguiam aprender a ler com indivíduos, geralmente experientes, da sua comunidade. Esses “professores da leitura” se valeram, em seu processo de aprendizagem, praticamente da mesma técnica que utilizavam para ensinar.

Em contrapartida, a comunidade campesina, distante dessas práticas descritas acima, procurava se organizar e transmitir os seus saberes utilizando-se, principalmente, das manifestações culturais disseminadas oralmente. Desse modo, a prática da oralidade não se comportou apenas como uma guardiã dos saberes, sua relevância está além de uma defesa dos valores tradicionais, demonstrando ser um contraponto fundamental, no sentido da autoafirmação dos sujeitos dentro do espaço rural, em detrimento do hábito cultural da escrita, como apresenta Thompson (1998, p. 15): “Se a muitos desses “pobres” se negava o acesso à educação, ao que mais eles podiam recorrer senão à transmissão oral, com sua pesada carga de “costumes”. Nesse sentido, a oralidade equaliza o preceito de erudição e enfatiza que o mencionado conceito do saber permeia também por meio de suas práticas cotidianas.

Contudo, é sempre importante ressaltar que a prática da cultura oral não fez com que a comunidade campesina se comportasse de forma intransigente para com outros valores culturais, de maneira a recusar, por exemplo, os preceitos da escrita. Essa probabilidade, evidentemente, não se sustenta. Historicamente, as camadas populares demonstraram ter aptidão para se relacionar com outros valores culturais que não fossem necessariamente aqueles que sempre fizeram parte de seu escopo de relações.

Assim, se o impresso circulava com menor intensidade no meio campesino, não poderia ser em decorrência de os sujeitos recusarem os valores da escrita, pelo contrário, a circulação em menor proporção se explica pelas ausências de condições para se estabelecer dentro desse espaço, principalmente se comparado com o meio urbano, privilegiado pela presença das escolas, e também pela inserção dos impressores. Essas circunstâncias impactaram diretamente a relação entre leitores e livros. Porém, mesmo diante da constatação das dificuldades da leitura de se entremear no universo popular, com destaque para o núcleo camponês, sempre é importante destacar que o contato desses sujeitos com livros data de um processo histórico e, gradativamente, o ato subjetivo da leitura “conquistava” cada vez mais adeptos.

Se o moleiro Menocchio, no final do século XVI, tinha enorme dificuldade para estabelecer diálogos com os seus congêneres, essa realidade em um período de curta duração sofreria grandes modificações. O moleiro, como representante de um seletor grupo de

leitores camponeses, contribuíra indubitavelmente para aumentar o interesse pela leitura mesmo tendo enfrentado inúmeras dificuldades. Por meio dessa ideia, quais fatores explicariam essa rápida ascensão da leitura no universo popular? As respostas, evidentemente, são difíceis, mas Ribeiro (2006) possibilita uma diretriz importante por meio do conceito de “espírito do renascimento”. Assim, seria esse “espírito” o fator para se explicar a maior inserção da leitura no universo popular? Em tese, esse problema é o que procuraremos tatear logo a seguir.

A leitura no conjunto popular: possibilidades de compreensão

Consoante ao já evidenciado, os espaços de vivência e convivência dos camponeses europeus, entre os séculos XVI e XVII, estavam centrados no enraizamento da oralidade como principal valor cultural. A circulação dos impressos se deparava com uma série de empecilhos para se efetivar nesse universo. Porém, mesmo diante de importantes adversidades, exceto no caso da oralidade, gradativamente a literatura livresca se entremeava no cotidiano das pessoas camponesas; passando de mão em mão, o livro se tornava familiar, saindo de uma conjuntura minoritária para adquirir uma representatividade significativa.

Diante da evidência levantada acima, existem algumas vertentes que procuram explicar essa interação maior, principalmente a partir do Renascimento, entre a cultura oral e a escrita. Nos concentraremos em duas perspectivas de análise que possivelmente conseguem sintetizar tantas outras problemáticas. A primeira dessas possibilidades de compreensão se volta para o conceito de imposição cultural das camadas dirigentes sobre os meios populares. Assim, a intensidade da circulação do impresso em locais até então distantes de seus olhares seria uma estratégia para se manter a estrutura social vigente. A segunda probabilidade está centrada no âmbito de um não contentamento dos populares com os seus saberes, no tocante a uma inquietação sociocultural, procurando construir e integrar seus saberes tradicionais com novas práticas cognitivas e, entre essas novas abordagens, o livro adquiriria uma importante conotação.

Em sua pesquisa, voltada para os costumes da cultura popular europeia do século XVIII, Edward Thompson (1998) traz, logo no início do seu trabalho, uma reflexão atribuída aos pesquisadores especializados nos séculos XVI e XVII. De acordo com a leitura feita por Thompson, esses intelectuais defendem a tese de que o século setecentista, por meio de suas camadas dirigentes, se caracterizou por sintetizar e consolidar as ações dos

séculos precedentes, no tocante a tentarem suplantar as práticas e os costumes das camadas populares em prol de uma “civilização cultural” baseada nos valores hegemônicos:

O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos era o que se supunha. Mas as pressões em favor da “reforma” sofriam uma resistência teimosa; e o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura prática e a da plebe (THOMPSON, 1998, p. 13).

Seguindo as diretrizes apresentadas por meio da citação, teoricamente a inserção da cultura escrita no universo popular, por mais que esse escopo cultural tenha resistido, teria se configurado por meio de um processo de imposição de valores culturais, tendo como protagonista dessa inserção forçada a cultura dominante. A premissa em destaque aparece como um contraponto à tese da relação harmoniosa entre as conjunturas, se contrapondo, necessariamente, à defesa da reciprocidade entre os universos culturais, perspectiva última defendida por Mikhail Bakhtin (2013) no seu clássico livro *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*.

O conceito de imposição cultural, apresentado como explicação única para quem procura compreender a inserção gradativa da escrita nos seios populares, a partir do século XVI, traz consigo alguns problemas. Talvez, o principal deles esteja no ato e fato de perceber os sujeitos das camadas populares pelo viés restrito da submissão e incapazes de resistirem à “massificação cultural”. Ou, mais precisamente, como se sempre os indivíduos estivessem subordinados a uma força maior, retirando da esfera desses uma autonomia de escolha, colocando-os em um patamar de subserviência e, não menos importante, em uma apatia histórica: “Por conveniência – usando uma simples metáfora espacial – podemos chamar isto de movimento ‘de cima para baixo’” (BURKE, 2011, p. 180). Essa suposta imposição teria trabalhado no ensejo de suprimir, processualmente, os saberes das camadas populares, acarretando, em um curto espaço de tempo, uma perspectiva de saber único ou oficial.

Embora esteja distante dessa análise contextual, voltado mais precisamente para a transição do século XIX para o XX, quem apresenta uma reflexão similar referente à imposição do escrito em detrimento da oralidade acaba sendo o filósofo alemão Walter Benjamin (2012) no seu clássico ensaio intitulado *O narrador*. Benjamin procura fazer uma reflexão histórica dessa suplantação, vendo no advento do romance e na consolidação da imprensa os grandes meios que teriam ocasionado a diminuição da oralidade, representada pela narrativa artesanal no seio europeu, culminando quase que em seu desaparecimento no final do século oitocentista, fenômeno representando pela ausência do narrador:

É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. É cada vez mais frequente que, quando o desejo de ouvir uma história é manifestado, o embaraço se generalize. É como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 2012, p. 213).

As análises de Benjamin quanto ao esmorecimento da oralidade aparecem no sentido de uma profunda lamentação, principalmente por não presenciarem mais o valor cultural da narrativa em seu universo e, não menos importante, demonstra ser uma denúncia aos meios de produção da cultura dominante, conjuntamente com os seus aspectos de homogeneização. A citação de Walter Benjamin (2012), por mais que seja uma constatação da imposição cultural no final do século oitocentista, possibilita fazer um recorte histórico e nos voltarmos para o contexto central desse artigo. A possibilidade se constitui em virtude de o filósofo apontar os principais meios que teriam dirimido o universo oral, a saber, as críticas ao romance e à imprensa:

O primeiro indício do processo que vai culminar no ocaso da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno. O que separa o romance da narrativa (e da epopeia no sentido estrito) é que ele está essencialmente vinculado ao livro. A difusão do romance só se torna possível com a invenção da imprensa (BENJAMIN, 2012, p. 217).

Em tese, ao pensarmos no contexto do Renascimento, estamos presenciando a consolidação do romance no seio popular, principalmente o romance voltado para a cavalaria. Embora seja importante ressaltar que, no universo das camadas letradas, o romance de cavalaria, a partir do século XVI, já não tenha a mesma capacidade de penetração como tivera alguns séculos atrás, como destaca Brito Broca (2016) na introdução do clássico *Dom Quixote de la Mancha*. No entanto, como mencionado, no âmbito das camadas populares, essa forma de romance era um gênero cada vez mais presente.

Concomitantemente à literatura livresca aparece como fator importante a presença maior da imprensa, trazendo consigo as técnicas de impressão, culminando em uma maior circulação de livros e também de pasquins, o que possibilitou a aquisição, por parte dos populares, em virtude dos preços estarem mais acessíveis. As críticas e a constatação, de acordo com as observações de Benjamin (2012), reforçam o argumento de alguns pesquisadores identificados por Thompson (1998), quando esses intelectuais, na ótica do historiador inglês, se voltam para o século XVI e XVII como contextos incisivos para as imposições de “reformas” aos saberes e às práticas da cultura popular.

A tese voltada para se pensar a imposição cultural do escrito em detrimento das práticas orais, assim como toda a sua carga de costumes, indubitavelmente, tem a sua importância, porém, somente ela não consegue explicitar toda essa conjuntura contextual

caracterizada por amplas e rápidas modificações no âmbito social europeu. As modificações se concentram, principalmente, no campo das mentalidades, quando verdades teológicas sustentadas por séculos por meio da Igreja Católica e de seus congêneres passaram a receber críticas mais incisivas de diferentes setores e sujeitos da sociedade, desde René Descartes, passando por Galileu Galilei, até desembocar no moleiro de Friuli, Domenico Scandella, ou melhor, Menocchio.

O Renascimento apresenta um contexto de efervescência no campo cognitivo, no tocante a uma inquietação sobre os saberes construídos historicamente, perceptível em várias vertentes, desde o âmbito econômico, geográfico, filosófico, cultural e religioso. Todos esses fatores e fenômenos socioculturais consolidam o sujeito como detentor e produtor do seu próprio conhecimento. Esse caráter inquietante, visivelmente, não conseguiu atingir a totalidade das pessoas, mas uma pequena parcela foi, sem dúvida alguma, sensibilizada. A constatação não deixa de ser importante porque provoca cisões irreparáveis na concentração de poder das camadas dirigentes, sustentadas pelo poder maior do catolicismo.

Outro detalhe, acerca desse emaranhado de transformações sociais que parecem cada vez mais se embaralharem, está no fato de se procurar perceber as maneiras pelas quais a Igreja Católica estabeleceu relações com a ampliação dos saberes que, de forma direta ou indireta, estava caminhando rapidamente para fora do seu núcleo. Durante todo o período medieval, o cristianismo católico se comportou de forma predominante diante do campo cognitivo, envolvendo não somente os preceitos da fé, mas também da razão dentro do âmbito da construção do saber.

Desse modo, a Igreja Católica, tendo conseguido conciliar, de acordo com seus moldes, fé e ciência, teria estabelecido parâmetros estruturais sobre o que as pessoas poderiam conhecer e aquilo que evidentemente era proibido de acordo com os seus preceitos. Diante da tentativa bem-sucedida de concentração ao saber, houve uma vigília constante acerca de saberes circulantes fora do alcance religioso, como apresenta Ginzburg (2004, p. 97):

Por séculos e séculos, as palavras paulinas “non altum sapere”, extraídas do contexto, foram citadas por autores laicos ou eclesiásticos como texto óbvio contra qualquer tentativa de ultrapassar os limites do intelecto humano por exemplo, no caso que logo veremos, *de imitatione Christi*. No final do século XV, um dos primeiros tradutores da Bíblia para o italiano, Nicolò Malermi, podia escrever “não queiras conhecer as coisas altas”.

A análise em destaque aparece como uma evidência sobre o quanto a interpretação feita pela Igreja Católica, sobre a passagem de Paulo em *Romanos 11:20*, foi

tida pelo núcleo religioso como uma condenação do apóstolo às pessoas que buscavam outras formas de conhecimento além da perspectiva religiosa. Essa forma de leitura e interpretação ainda estava muito presente no final do século XV, possibilitando uma diretriz de sustentação teórica e espiritual. A religiosidade católica procurava embasamento para condenar indivíduos que porventura se desviassem desses preceitos, como foi o caso já evidenciado do moleiro Menocchio, no final do século subsequente, condenado por heresia pelo tribunal do Santo Ofício.

As transformações ao longo do processo histórico são lentas, principalmente aquelas voltadas ao campo das mentalidades. Assim, por mais que existissem rupturas, permaneciam em muito as continuidades de interpretação e recepção dos saberes oficiais impostos pelo meio religioso. Podemos perceber essa evidência recorrendo, mais uma vez, ao trabalho de Ginzburg (2014, p. 99): “Essa insistência nos limites da razão contradiz, à primeira vista, a imagem oitocentista do Renascimento como uma época claramente contraposta ao mundo ‘medieval’ tradicional”. Nesse sentido, há a evidência de muito mais continuidade do que propriamente rupturas.

Desse modo, ao pensarmos nos primórdios do Renascimento, teremos um espaço curto de tempo para a Igreja Católica rever seus conceitos e, em vez de reprimir a busca por novos saberes, suponhamos, incentivar as pessoas para novos campos cognitivos, revendo, por exemplo, suas concepções históricas de leitura do mundo. Essa hipótese se encontrava muito distante de adentrar no campo prático das relações desenvolvidas entre os sujeitos, porque o clero compreendia, satisfatoriamente, que o monopólio do saber significava, em primeiro lugar, poder, ou melhor, poderes.

Entretanto, as camadas populares encontraram inúmeras formas de ludibriar os poderes, de se fazerem existir perante universos culturais que tentaram padronizá-las, quando o sentido da padronização se valeu das prerrogativas de poder e influência, tal como foi a questão envolvendo o âmbito religioso, à guisa de exemplo. Importante pensar esse posicionamento por parte das camadas populares nos valendo do conceito defendido por Roger Chartier (2004, p. 17) e de sua análise voltada para a capacidade de autoafirmação desses sujeitos:

Tanto quanto a cultura de massa do nosso tempo, a cultura imposta pelos poderes antigos não pode restringir as identidades singulares ou as práticas arraigadas, que lhe eram renitentes. O que mudou, evidentemente, é a maneira como elas puderam expressar-se e afirmar-se, fazendo uso de formas novas que deviam destruí-las.

Por meio da análise é possível perceber uma crítica ao conceito de imposição cultural. Embora a citação possua um recorte mais amplo, pensando também elementos da

contemporaneidade, como a cultura de massa no seio popular e a autoafirmação dessa parcela em detrimento dos meios tecnológicos. Levando em consideração o primeiro objeto de crítica relacionado à ideia de imposição, a análise de Chartier (2004) possibilita uma reflexão sobre o comportamento histórico das camadas populares, destacando o fato de essa conjuntura ter uma capacidade de se valer de meios que, teoricamente, teriam o sentido de destruição para os seus valores tradicionais.

Destarte, o novo campo do conhecimento no contexto popular, como a prática da cultura escrita e como consequência o hábito da leitura, teria sido reutilizado de acordo com os valores culturais dos sujeitos populares, não conseguindo se impor como norma de valor, mas sendo adequado às realidades sociais, caminhando mais em uma perspectiva da circularidade sociocultural por meio de uma relação recíproca envolvendo duas conjunturas: a do espaço oral e o da cultura escrita. Esses valores, conjuntamente, teriam desestabilizado o poder oficial vigente, representado pelo catolicismo e por suas relações com o núcleo político.

No âmbito desse ludibriar dos poderes por parte das camadas populares, demonstrou ser importante a consolidação da subjetividade da leitura. Ler em silêncio como prática cultural diminuiu consideravelmente a leitura realizada em voz alta, retirando a participação de outras pessoas no ato e, como consequência, diminuindo a interferência que interlocutores poderiam exercer na circulação dos saberes. Ainda dentro desse contexto de importantes transformações, outro fator de relevância está concentrado no aspecto do autor ao escrever as suas próprias obras conseguir se desligar gradativamente em relação à figura do escriba. Essa mudança fez com que o autor tivesse um maior controle sobre a sua produção e um menor receio para produzir o seu conhecimento, já que nessa circunstância a sua escrita não era, pelo menos no primeiro momento, compartilhada por e com outras pessoas.

Já no final da Idade Média se consolidam, em definitivo, mudanças na prática da escrita e leitura desses livros, como defende Paul Saenger (2002, p. 162): “A leitura apenas com os olhos e a escrita sem ditado isolavam os pensamentos do indivíduo das sanções do grupo e incentivavam o tipo de ambiente no qual se desenvolveram a nova universidade e as heresias leigas dos séculos XIII e XIV”. Embora a citação esteja voltada para as mudanças dentro do campo universitário, é possível presumir que essas transformações tenham permeado outras camadas sociais. Entre essas, provavelmente o meio popular, porque esse seguimento não estava imune ou isolado das modificações socioculturais do seu contexto, pelo contrário, acompanhou atentamente e fez-se inserir nessas mudanças.

Talvez, não necessariamente no meio popular, as transformações possam ter se dado nas novas maneiras de desenvolvimento da leitura, em seu sentido literal, mas podem ter se centrado na ampliação da leitura, como temos defendido ao longo deste artigo. Desse modo, se há supostamente uma imposição cultural incentivando as pessoas a lerem, não é mais por parte da cultura oficial da Igreja Católica, mas se existe, apresenta-se por outros mecanismos, ou melhor, por outros poderes já presentes no próprio contexto renascentista, como por exemplo, a mercantilização dos livros.

Em forma de síntese, não era exclusivamente a leitura da *Bíblia* tradicional que passava a ser inserida intensamente no universo de vivência e convivência dos sujeitos, principalmente pelo fato de que a *Bíblia* passou a receber a concorrência de outras produções literárias, concomitantemente com seus gêneros, sendo a cavalaria, no ambiente popular, um exemplo representativo, conjuntamente com novas técnicas de leitura e de produção, quando todos esses fatores facilitaram a circulação do saber escrito, como apresenta Paul Saenger (2002, p. 163): “Simultaneamente à separação das palavras, a escrita em língua vernácula se desenvolve com o mesmo objetivo: facilitar a leitura”.

O Renascimento aparece como um núcleo social que, por meio de diferentes formas, consegue intensificar a prática cultural da leitura. Com técnicas que auxiliavam as pessoas a lerem, com a construção de uma tendência de se ler em silêncio e com a inserção maior de livros no cotidiano das pessoas, o interesse despertado pelo escrito se ampliou de maneira considerável durante a transição da Idade Média para o Renascimento, atingindo diferentes camadas sociais como evidenciamos. Entre essas, mesmo diante das adversidades, os camponeses pobres de diversas regiões da Europa, assim como as camadas menos favorecidas economicamente das cidades europeias que mergulharam avidamente nos diferentes tipos de literatura.

Em sua análise sobre as práticas culturais dentro do Antigo Regime, Roger Chartier (2011) possibilita uma reflexão para se observar as distinções existentes entre os denominados leitores profissionais, do clero, e aqueles considerados como leitores do cotidiano. Nesse sentido, a leitura era considerada por esses últimos, populares, como uma prática propícia também ao divertimento. Nesse campo da diversão houve um aumento considerável, distante da vigília oficial às possibilidades dos “leitores comuns” se apropriarem de textos transgressores à ordem estabelecida. Em suma, acompanhemos a reflexão feita por Chartier (2011, p. 21):

Nas sociedades tradicionais, os leitores formados pela instituição devem ser confrontados com aqueles que conquistaram o escrito com grande luta e cuja competência, se não é certificada e controlada pelos letrados, corre sempre o risco de produzir leituras fora das normas, improváveis ou rebeldes.

De acordo com essa perspectiva, é possível perceber que, na medida em que a leitura se demonstrava cada vez mais popular, familiarizando e sendo familiarizada com o universo dos sujeitos, o poder, constituído pela figura da Igreja e também pelo estado absolutista, gradativamente diminuía, como defende Carlo Ginzburg (2014, p. 111): “Estava surgindo uma nova cultura, baseada na afirmação de novos valores sociais”. O conceito de diminuição de poder por parte da oficialidade se concentrava principalmente na ausência de controle no campo do saber. Com a popularização da leitura, o que poderia ser compreendido por meio das letras não dependia mais da Igreja, porque não havia apenas um saber, mas diferentes tipos de saberes circulando no cotidiano social.

Um livro considerado proibido, a exemplo do *II Fioretto dela Bibbia*, lido pelo moleiro Menocchio, estava transitando em lugares “desassistidos” da cultura oficial, como nos vilarejos mais distantes das grandes cidades, rompendo as barreiras das vigílias dominantes. Outros clássicos de ruptura com o poder vigente também se faziam presentes, como os livros de Ariosto, Cícero, Ovídio, Virgílio, Boccaccio, entre outros, circulando, penetrando, impactando nas formas de pensar e sendo reformulados de acordo com as necessidades mais prementes da comunidade. No caso do moleiro de Friuli, essa reformulação, ou associação entre o oral e o escrito, lhe deu consistência para questionar a riqueza da Igreja Católica em detrimento da miséria dos camponeses.

Acreditamos que a inserção do impresso e consequentemente do livro no cotidiano das camadas populares teve como grande resultado o maior interesse de uma parcela desses sujeitos em busca de novos campos do conhecimento, quando conseguiram intercalar o novo, ou seja, o impresso, o escrito com seus saberes construídos ao longo das relações históricas, tendo na ancestralidade o principal meio condutor. Porém, esse *sapere aude* popular somente por ele mesmo não consegue explicar a intensidade dessas relações.

Por isso, torna-se importante reconhecer que em conformidade com o interesse dos populares, houve também a ampliação do impresso no cotidiano das pessoas, culminando no barateamento dos livros, na tradução de clássicos para línguas vernáculas, na compilação de livros por meio de pequenos livretos, dando margem para o surgimento já no início do século XVII da Biblioteca Azul, tão bem apresentada nas assertivas de Roger Chartier (2004). Simultaneamente a esses fenômenos, houve a inserção e ampliação das técnicas visando facilitar a prática da leitura, a importância das escolas no meio urbano, o autodidatismo entre os camponeses, o interesse despertado pela leitura realizada em silêncio e, por último, o “espírito do Renascimento” permeando diferentes espaços, como defende Ribeiro (2006).

Quanto à ampliação dos impressos, provavelmente exista uma maior probabilidade de se perceber os “outros poderes” além da oficialidade da época em análise, influenciando as “pessoas comuns” a lerem. Nesse sentido, seria a inserção do já mencionado mercado editorial. Entretanto, se não é possível descartar que todos esses meios descritos acima, de forma direta ou indireta, impactaram no acesso dos populares à leitura, de outro modo, não se pode deixar de lado que esses mecanismos, como a ampliação das impressões e o barateamento dos livros, somente tiveram condições de se consolidarem em decorrência de haver uma maior procura das camadas sociais pela leitura. Por exemplo, se não houvesse esse interesse em ler por meio de uma gama diversificada de sujeitos, não haveria sentido em ampliar as possibilidades de acesso aos livros.

Assim sendo, acreditamos que os dois fenômenos, desejo pelo livro e ampliação da possibilidade de acesso à leitura, dentro do Renascimento, caminham em consonância, um fenômeno influencia diretamente na construção do outro, impactando consideravelmente nas maneiras como as diferentes sociedades desse contexto compreenderam os desdobramentos sociais que diretamente estavam envoltos, dirimindo, sem dúvida, o poder oficial vigente. A leitura no espaço popular não deixa o camponês, representação, mais ou menos sábio, mas deixa-o diferente, e esse fator somente por ele mesmo demonstra sua relevância perante um determinismo social caracterizado pela efervescência cognitiva e busca por novos campos do conhecimento.

Assim, esse conjunto de transformações acabou convergindo em uma dessacralização do escrito, de acordo com o que defende Ginzburg (2006, p. 25): “As rupturas gigantescas determinadas pelo fim do monopólio dos letrados sobre a cultura escrita e do monopólio dos clérigos sobre as questões religiosas haviam criado uma situação nova, potencialmente explosiva”. Esse último elemento somente foi possível em decorrência da nova ocupação de espaço por parte dos populares que conseguiram transgredir de forma ampla o espaço do escrito, fazendo com que essa prática cultural, pertencente quase que exclusivamente às camadas dirigentes, ao longo do processo histórico, fosse gradativamente incorporada ao seu núcleo de vivência e convivência. A prática cultural da leitura, por parte dos populares, representa, em tese, um importante ato simbólico de resistência e inquietação social dentro do Renascimento.

Considerações finais

A história da leitura no mundo ocidental tem despertado o interesse de inúmeras pesquisas ao longo dessas últimas décadas, com ênfase para análises que se voltam

ao espaço europeu, procurando observar os fatores explicativos da inserção da leitura a partir do início do Renascimento e a relação estabelecida com e pelas camadas populares. Historicamente, esse escopo social, tanto no meio urbano quanto rural, tiveram na oralidade um importante meio de sustentação para a construção dos seus saberes, como assevera Thompson (2008). Porém, já no final do século XIV e nas primeiras décadas do século XV, a prática oral passou a conviver mais intensamente com a presença do impresso.

Essa aproximação, na ótica de Carlo Ginzburg (2006), pode ser explicada por meio do processo de circularidade cultural, envolvendo valores da cultura popular com saberes tidos e compreendidos como “eruditos”. Nessa última circunstância se destaca o saber transmitido pelas letras. Alguns fatores aparecem como possíveis explicações para a intensidade do impresso no meio popular. O primeiro deles, apresentado no presente artigo, seria por meio da imposição cultural das camadas dirigentes em direção aos meios “subalternos”, pelo qual procuramos trazer para o diálogo alguns apontamentos feitos pelo filósofo alemão Walter Benjamin (2012) e suas críticas ao romance e à imprensa.

A segunda hipótese, referente à ampliação da leitura, traz como mecanismo explicativo o sentido de autoafirmação e também a ocupação de espaço das camadas populares, a se reconhecerem como protagonistas de suas ações e consequentemente de seus saberes. Assim, os livros não oficiais, ou melhor, não religiosos, demonstraram ser de suma importância para esse reposicionamento do camponês, inserido dentro de uma conjuntura social ainda caracterizada pelas diretrizes de cunho religioso.

O artigo procurou defender essa segunda hipótese, apontando que dentro do contexto em análise ocorreu uma efervescência referente ao campo cognitivo, atingindo não somente os ditos intelectuais da época, mas uma conjuntura muito mais ampla de sujeitos. Nessa esfera de inclusão, torna-se possível encontrar as camadas populares que procuraram conciliar os seus saberes tradicionais, representados pela oralidade, a diretrizes novas do conhecimento, como a prática do material impresso e, não menos importante, às diferentes formas de produção literária. No entanto, essa reciprocidade entre os saberes no tocante ao universo popular somente foi possível em virtude de uma autoafirmação desse núcleo enquanto conjunto social, reconhecendo a sua capacidade na construção dos meios cognitivos.

POPULAR LAYERS: READING AND PRINTED MATERIAL AT THE RENAISSANCE

Abstract: This paper aims to analyze the established relationship between the popular layers and the practice of reading within the Renaissance period. Gradually, from the sixteenth century the books entered the universe of living and coexistence of the subjects, being part of a circle of relationships that moved from an individual domain, approaching a collective bias. Even in the distant spaces of the big urban centers, when conditions were not so favorable to the circulation of the printed matter, there were books, shared by the peasants. Reading often performed aloud, involving a majority of subjects. However, in this context, an important sociocultural transformation happened, represented by the subjective act of reading in silence, allowing better conditions for the deceiving of powers. Thus, this paper seeks to understand and defend that, this relationship between print material and orality, allowed the structural destabilization of the ruling strata within the renaissance, represented by the power of the Catholic Church. For this purpose, the research is based on the works of Roger Chartier (2011), Ginzburg (2006), Hilário Franco Junior (1996), Edward Thompson (2008), Peter Burke (2010) and others.

Keywords: Renaissance. Books. Peasants.

Referências

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. **Obras escolhidas:** magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BHAKTIN, Mikhail Mikhailovich. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento:** o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

BROCA, Brito. Prefácio in: CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha.** Volume 1. Tradução de Almir de Andrade e Milton Amado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural.** Tradução de Alda Porto. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.) **História da Leitura no Mundo Ocidental.** Revisão técnica de Maria Thereza Fraga Rocco. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

CHIAVENATO, Júlio José. **Colombo, Fato e Mito.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

DARTON, Robert. **O grande massacre de gatos:** e outros episódios da história cultural francesa. Tradução de Sônia Coutinho. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DESCARTES, René. **Discurso do Método.** Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamery-Duval aprendeu a ler. In: CHARTIER, Roger. (Dir.) **Práticas da Leitura.** Tradução de Cristiane Nascimento. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

JUNIOR, Hilário Franco. Meu, teu, nosso: reflexões sobre o conceito de cultura intermediária. In: **A Eva Barbada. Ensaios de mitologia medieval.** São Paulo: EDUSP, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. Posfácio in: GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes:** o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição: Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANGER, Paul. A leitura nos séculos finais da Idade Média. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.) **História da Leitura no Mundo Ocidental.** Revisão Técnica de Maria Thereza Fraga Rocco. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. 8ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOBRE O AUTOR

Lucas Pires Ribeiro é mestre em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); docente da Universidade Estadual de Goiás, Campus Porangatu.

Recebido em 27/07/2017

Aceito em 18/12/2017